

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Campus Santo Antônio de Pádua

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
CAMPUS SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
IFFLUMINENSE

Santo Antônio de Pádua/ RJ
2017

REITOR

Jefferson Manhães de Azevedo

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Christiane Menezes Rodrigues

DIRETOR DO IFFLUMINENSE – *CAMPUS* SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Arthur Rezende da Silva

DIRETOR DE ENSINO E POLÍTICAS ESTUDANTIS

Bruno de Castro Jardim

DIRETOR DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

Theo Goulart Bravo Santos Pinheiro

DIRETORA DE PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

Lívia Brasil Viana Matta

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Cerutti Aguiar

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	6
3 PERFIL INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE.....	8
4 PERFIL INSTITUCIONAL DO <i>CAMPUS</i>	11
5 DADOS DO MUNICÍPIO.....	12
6 DAS FINALIDADES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE <i>CAMPUS</i> SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA.....	14
7 MISSÃO.....	16
8 GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	16
9 O TEMPO ESCOLAR.....	18
9.1 Escola Integral.....	19
10 MATRIZES CURRICULARES.....	20
10.1 O Pensar Coletivo.....	26
11 ATENDIMENTO DOCENTE.....	27
12 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	27
13 PESQUISA.....	29
14 EXTENSÃO.....	31
14.1 Relações e Parcerias com a comunidade, instituições e empresas.....	32
15 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	34
15.1 Instrumentos avaliativos e suas aplicações.....	35
15.2 Registro da Avaliação da Aprendizagem.....	36
15.3 Recuperação da Aprendizagem.....	37
16 ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES DO <i>CAMPUS</i> SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA.....	38
17 ESPAÇO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CULTURA.....	39
18 TRANSFERÊNCIA INTERNA DE EIXO TECNOLÓGICO: INGRESSANTES EM 2015 E 2016.....	42
19 INFRAESTRUTURA.....	43

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa da abrangência regional do Instituto Federal Fluminense.....	09
Figura 02: Oportunidades de verticalização no IFFluminense.....	10
Figura 03: População por distrito.....	12
Figura 04: Trabalho, Ensino, Pesquisa e Extensão.....	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Produto Interno Bruto (valor adicionado).....	13
Tabela 02: Evolução do mercado de trabalho, conforme o CAGED - Jan a Dez de 2012.....	13
Tabela 03: Notas médias e variação do IDEB do Ensino Fundamental – Rede Municipal local – 2005 a 2011.....	14
Tabela 04: Matriz do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio.....	20
Tabela 05: Matriz do Curso Técnico em Automação Industrial Integrado ao Ensino Médio.....	22
Tabela 06: Matriz do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio.....	23
Tabela 07: Matriz do Curso Técnico em Logística Integrado ao Ensino Médio na modalidade PROEJA.....	25

1 INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico do *Campus* Santo Antônio de Pádua traduz um sentimento de desbravamento dos novos e primeiros Servidores do *Campus* Santo Antônio de Pádua, em implantação. Esta versão revista e ampliada reflete inúmeras discussões realizadas e fundamentadas nas experiências vividas neste curto período de tempo de implantação do *Campus*, em que contamos com a participação e colaboração de novos servidores desta casa.

Este documento é resultado do trabalho coletivo de gestores, professores, técnicos administrativos, estudantes e responsáveis pelos estudantes que imbuídos pelo desejo de colaborar com a construção de uma educação profissional e tecnológica politécnica, pública e de qualidade, propuseram-se a debater um modelo de ensino que representasse os anseios da sociedade no que se refere a uma educação libertadora, o que possibilitaria uma transformação da realidade local e regional. É desejo da comunidade escolar que este projeto pedagógico colabore para as discussões de um novo Ensino Médio, pois este é o ciclo mais problemático da educação brasileira, segundo os mais diversos estudos sobre o tema.

É compromisso da comunidade acadêmica deste *Campus* não fazer deste projeto um documento para ser engavetado, visto que representa a intencionalidade desta instituição com a formação do cidadão para um tipo de sociedade, valorizando a identidade local e regional. Portanto, um projeto deve traduzir o sentimento de rupturas:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (GADOTTI, 1994, p.579)

A reestruturação deste projeto político pedagógico representa a caminhada pela efetivação de uma aprendizagem com sentido, visto que nenhum projeto deve ser estático, mas sim dinâmico e reflexivo. Assim, mediante as demandas pedagógicas este projeto poderá ser modificado, sempre na busca pelo aprimoramento da prática de ensino.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Dentre as políticas implantadas com vistas ao desenvolvimento do país com diminuição das desigualdades e qualidade de vida sustentável, no campo da Educação, a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação,

Ciência e Tecnologia¹ (IF), vêm avançando em seu programa de expansão, com o objetivo de promover “a ampliação da oferta de vagas da educação profissional e tecnológica, de modo a garantir a formação e a educação de cidadãos críticos e profissionais competentes, com autonomia ética, política, intelectual e tecnológica”. A fase III do processo de expansão da Rede Federal de EPT, teve como meta totalizar, em 2014, o número de 562 *campi* com abrangência em 512 municípios. Das instituições previstas, todas estão em funcionamento, ampliando as oportunidades de acesso da classe trabalhadora à formação profissional cidadã na perspectiva da atuação profissional qualificada que impulse o crescimento do país.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, presentes em todos os estados brasileiros, visam responder de forma eficiente às demandas crescentes por formação profissional por meio da difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e constituem novo modelo de instituição, que amplia sua abrangência a diversos setores econômicos com oferta de educação profissional e tecnológica para todos os níveis e modalidades de ensino. Do nível básico ao superior, oportuniza formação inicial e continuada em nível de qualificação básica e cursos técnicos de nível médio; cursos superiores em tecnologia; bacharelado em áreas de demanda dos territórios, com vistas a contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional em setores estratégicos do desenvolvimento.

Além da oferta de educação profissional, os Institutos Federais assumem, também, a prerrogativa de ampliar possibilidades de formar professores para a educação profissional e para áreas carentes do conhecimento na educação básica, sobretudo a área de Ciências, contribuindo de forma sistemática para a qualidade da educação no país. A pós-graduação, a pesquisa científica, a inovação e a extensão assumidas pelos IF, impulsionam o desenvolvimento local, regional e nacional e ampliam a qualidade de vida.

Sua proposta educativa integra as dimensões: humanística, científica e tecnológica promovendo o desenvolvimento humano, econômico e tecnológico do território de abrangência, por meio das ações de extensão e pesquisa integradas ao ensino. A pesquisa nessa nova institucionalidade exerce papel importante no desenvolvimento do conhecimento e das pessoas por meio, por exemplo, de sua função de buscar soluções técnicas e tecnológicas para problemas concretos da comunidade. A extensão, com sua função de “escuta” dos anseios, necessidades e possibilidades, promove o diálogo entre a instituição e a sociedade. Portanto, nos IFs, a integração do ensino, pesquisa e extensão, que abarca ciência, tecnologia, trabalho e cultura são definidores no traçado das ações interventivas para a transformação da realidade local na busca do

¹Criados pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008

desenvolvimento sustentável.

Por meio da portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013, o Ministério da Educação estabeleceu parâmetros e normas para orientar as estratégias de expansão dos Institutos Federais. Uma dessas ações é o estabelecimento de Centros de Referência vinculados à Reitoria para o desenvolvimento de planos, programas e projetos da educação profissional e tecnológica. Dessa maneira, os institutos têm a oportunidade de se inserir em regiões onde ainda não há presença de uma unidade federal voltada para a educação profissional e tecnológica.

3 PERFIL INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE

O IFFluminense é um dos trinta e oito institutos criados por meio da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, pelo Governo Federal, como fruto de política pública de expansão da Rede Federal de Educação Profissional. A Rede em expansão tem origens históricas que datam da criação das Escolas de “Aprendizes Artífices”, em 23 de setembro de 1909. Ao longo de mais de um século de história, diversas foram suas transformações – de *Escola de Aprendizes e Artífices* para *Escola Técnica Industrial* (1945); de *Escola Técnica Industrial* para *Escola Técnica Federal* (1959); de *Escola Técnica Federal* para *Centro Federal de Educação Tecnológica* (1999); e de *Centro Federal de Educação Tecnológica* para *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia* (2008). Essas transformações, gradualmente, redimensionaram a filosofia, os objetivos, o perfil e a própria organização e escopo de atuação institucional.

No traçado de sua atual institucionalidade, em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais e cumprindo sua missão, o IFFluminense pretende ofertar educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia.

As ações do IFFluminense se desenvolvem com o objetivo de: promover processos educativos e investigativos de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; oportunizar formação permanente à classe trabalhadora, tanto no sentido da verticalidade como por meio da oferta de novas habilitações, atualizações e aperfeiçoamentos permitindo diferentes traçados de itinerários formativos, inclusive de cursos em EaD; otimizar infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão necessários ao desenvolvimento das ações educativas; qualificar-se como Centro de Referência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, atuando, inclusive na formação

presente em quase todas as mesorregiões do estado do Rio de Janeiro, contribuindo diretamente no desenvolvimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação institucional.

Os cursos do IFFluminense, em suas diversas modalidades, estão agrupados em eixos tecnológicos conforme suas características científicas e tecnológicas e concorrem para a mudança da realidade do Norte e Noroeste Fluminense, das Baixadas Litorâneas e da mesorregião metropolitana do Rio de Janeiro. Muitos estudantes residentes nas regiões de abrangência do IFFluminense têm oportunidade de dar continuidade aos estudos por meio de cursos que vão desde o nível médio profissionalizante até a pós-graduação.

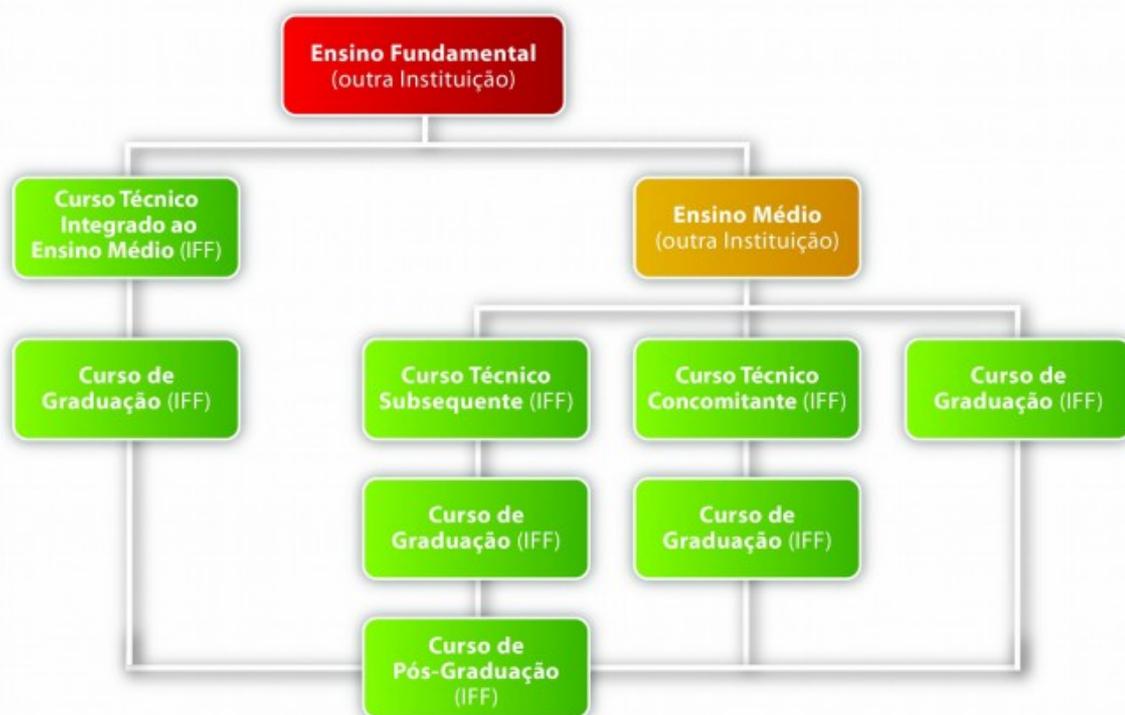


Figura 02: Oportunidades de verticalização no IFFluminense
 Fonte: Deliberação nº 09/2015 - IFFluminense

Importante ressaltar que as ofertas consideram as diversidades e especificidades dos estudantes jovens e adultos trabalhadores bem como as necessidades educativas das pessoas com deficiências.

O *Campus* Santo Antônio de Pádua do IFFluminense foi criado na etapa III da expansão. Os objetivos pré-estabelecidos pela Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC) na escolha dos municípios contemplados, nessa fase III foi:

De acordo com o relatório de gestão SETEC/2010 a III fase tem o objetivo de ampliar a

presença dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todas as partes do território nacional. O intuito é possibilitar que cada uma das 558 microrregiões brasileiras possa contar com, pelo menos, um campus do Instituto Federal, atendendo de forma qualitativa as principais demandas relacionadas a formação profissional além de intensificar a interiorização da oferta de ensino superior público.

A criação deste *Campus* veio concretizar o projeto maior de desenvolvimento, contribuindo para a democratização da oferta da educação profissional e promovendo o desenvolvimento socioeconômico da região noroeste fluminense.

4 PERFIL INSTITUCIONAL DO *CAMPUS*

O IFFluminense cumprindo seu papel de contribuir para o desenvolvimento do território onde se insere e, considerando-o na perspectiva que supera a noção restrita do geográfico para concebê-lo como espaço dinâmico, instala-se no município de Santo Antônio de Pádua/RJ, consolidando na região Noroeste Fluminense (NOF) seu espaço de atuação.

A história do NOF se confunde com a do Norte Fluminense (NF), pois dele se originou em 1987. Por muitos anos, o NOF foi polarizado pelo NF, visto que ambas as regiões formavam uma só até o último quartel do século XX.

Essa polarização foi devido à economia açucareira, grande fonte de riqueza na região desde o século XIX e à economia do petróleo, já no final do século XX e início do XXI, (COSTA, 2012). As discussões relativas à Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, cuja característica marcante foi uma forte desconcentração administrativa/orçamentária em prol dos entes federativos, contribuiu com o movimento separatista.

Sendo assim, tal movimento ganhou força e, finalmente, em 1987, no governo Moreira Franco, houve a separação e o NOF se constituiu enquanto nova mesorregião, o que não significou o fim de sua falta de dinamicidade econômica.

O NF/NOF, com a sua tradição agropecuária e agroindustrial monocultora, legou uma mão de obra de baixa qualificação e uma ausência de diversificação produtiva, de um setor industrial dinâmico e de um empresariado voltado para a absorção de tecnologia e para a inovação, o que provoca a ausência de uma base capitalista para a sua integração e para a captura, ainda que parcial, dos benefícios de grandes investimentos de elevado grau de tecnologia. (CRUZ, 2009, p.10)

A expansão dos Institutos Federais contemplou a região do NOF de forma bem significativa, visto que tal região atualmente conta com outros três *campi*, além do *Campus* Santo Antônio de Pádua, a saber: Itaperuna, Bom Jesus e *Campus* Avançado de Cambuci.

Todo esse investimento em EPT pública visa contribuir para o desenvolvimento qualitativo da região NOF, pois à medida que tal região for contemplada com um maior número de profissionais qualificados, se tornará mais atrativa a investimentos públicos e privados.

E assim, a presença dessas instituições federais de EPT, tanto em Santo Antônio de Pádua, quanto nas demais cidades no NOF, poderá promover desenvolvimento enquanto direito do cidadão, “o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carências de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência de serviços públicos e intolerância excessiva de Estados repressivos” (CASTIONI 2012, p.47 *apud* SEN 2000, p.18)

5 DADOS DO MUNICÍPIO

O município de Santo Antônio de Pádua, segundo dados do IBGE, em 2010, tinha uma população de 40.589 habitantes, correspondente a 12,8% do contingente da Região NOF (TCE, 2013, p.8). Ressalta-se que a densidade demográfica do referido município era de 67,2 habitantes por km², contra 59 habitantes por km² de sua região e sua taxa de urbanização correspondia 76% da população. Conforme o Censo, 2010, distribui-se da seguinte maneira o quantitativo populacional no território do município de Santo Antônio de Pádua:

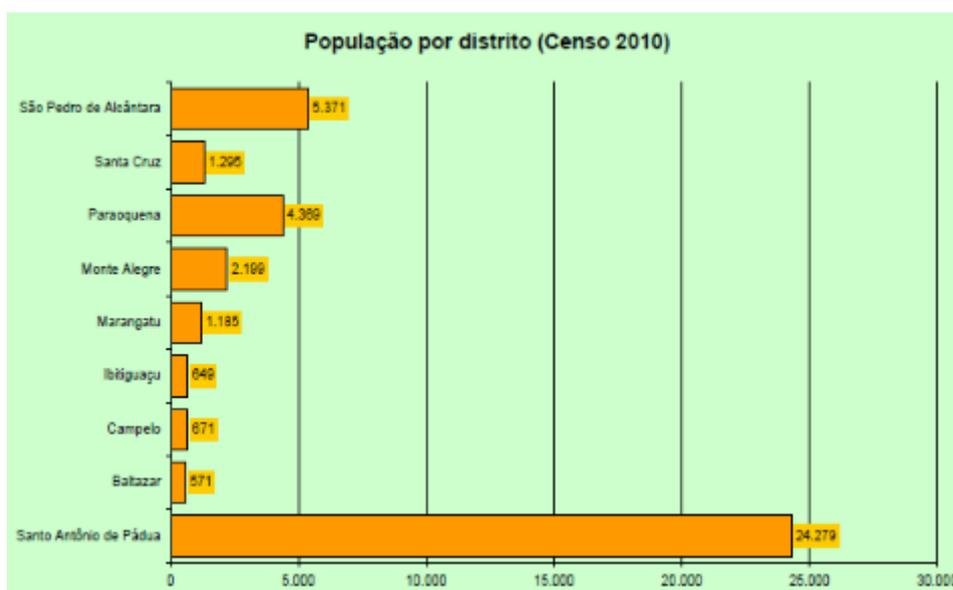


Figura 03: População por distrito
Fonte: TCE, 2013, p. 9

É

válido destacar que o município de Santo Antônio de Pádua tem uma área total de 603,4 quilômetros quadrados, o que corresponde a 11,2% da área da região NOF. (TCE, 2013, p.2). No que se refere ao Produto Interno Bruto (PIB), o município de Santo Antônio de Pádua, em 2011, segundo dados do TCE (2013, p.73), alcançou 584.727 mil reais e o PIB *per capita* foi de 14.354,41 reais.

Para deprender mais efetivamente o PIB de Santo Antônio de Pádua, segue tabela do valor adicionado do PIB da referida cidade, comparando-a com o do Estado do Rio de Janeiro e com o do Brasil.

Tabela 1: Produto Interno Bruto (valor adicionado)

Variável	Santo Antônio de Pádua	Rio de Janeiro	Brasil
Agropecuária	20.504	1.072.848	105.163.000
Indústria	80.641	62.966.386	539.315.998
Serviços	435.022	144.387.422	1.197.774.001

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Ao analisar a tabela 01, constata-se que a área de serviços é a que concentra maior valor adicionado do PIB paduano, o que é um válido indicador para tomadas de decisões em relação aos cursos técnicos e de qualificação profissional do referido *Campus*.

Para compreender a evolução do mercado de trabalho em Santo Antônio de Pádua, tem-se a tabela a seguir com dados do CAGED. É válido elucidar que em tal tabela compararam-se os dados do referido município com o da microrregião, que engloba os municípios de Aperibé, Cambuci, Itaocara, Miracema, São José de Ubá e Santo Antônio de Pádua.

Tabela 2: Evolução do mercado de trabalho, conforme o CAGED - Jan a Dez de 2012

Movimentação	Município	Microrregião
	Qt	Qt
Admissões	3.137	5.877
Desligamentos	3.692	6.296
Varição Absoluta	-555	-419
Número de empregos formais (1º jan 2013)	6.612	14.177
Total de Estabelecimentos (1º jan 2013)	1.956	5.043

Fonte: TCE, 2013, p. 56

Ao analisar a tabela, compreende-se a importância do município de Santo Antônio de Pádua no que se refere à movimentação dos trabalhadores da microrregião na qual se situa. Para fins de exemplificação, o referido município foi o responsável por 46,6% (6,612) dos números de empregos formais da microrregião.

No tocante à educação, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do município de Santo Antônio de Pádua, tanto nos anos iniciais do Ensino Fundamental quanto nos anos finais, ultrapassou as metas propostas pelo MEC, conforme as tabelas a seguir:

Tabela 3: Notas médias e variação do IDEB do Ensino Fundamental -rede municipal local - 2005 a 2011

Rede municipal	IDEB 2005	Ranking 2005	IDEB 2007	Ranking 2007	IDEB 2009	Ranking 2009	IDEB 2011	Ranking 2011	Meta IDEB 2011	Atingiu meta de 2011?
Anos Iniciais	4,6	10º entre 88 avaliados	5,0	5º entre 91 avaliados	5,0	13º entre 91 avaliados	5,9	1º entre 91 avaliados	5,4	Sim
Anos Finais	4,1	9º entre 73 avaliados	4,4	3º entre 83 avaliados	4,9	1º entre 80 avaliados	5,1	3º entre 77 avaliados	4,5	Sim

Fonte: TCE, 2013, p. 31

Esses dados referentes ao IDEB são animadores para o IFFluminense, *Campus* Santo Antônio de Pádua, visto que tal instituição poderá contribuir para a manutenção e superação deles por meio da oferta de vagas no ensino técnico integrado ao ensino médio, ou seja, o prosseguimento dos estudos desses estudantes do Ensino Fundamental, na perspectiva da formação profissional.

Ao encontro desses dados positivos no IDEB, tem-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Santo Antônio de Pádua: 0,718 em 2010. O município, por meio desse índice, situa-se na faixa de desenvolvimento humano alto (IDHM entre 0,700 e 0,799).

É importante frisar que tanto entre o período de 1991 e 2000 e entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi educação. No primeiro período com crescimento de 0,180, enquanto que no segundo período foi de 0,191, seguida por renda e por longevidade. (TCE, 2013, p.95).

Segundo os dados do IBGE no Censo de 2010, o total de pessoas alfabetizadas era de 34.660, do total de 40.589 habitantes. Tais dados vão ao encontro do índice do IDHM.

6 DAS FINALIDADES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE *CAMPUS* SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

O IFFluminense *Campus* Santo Antônio de Pádua nasce, voltado para o mundo do trabalho, com a responsabilidade de atuar em favor dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, contribuindo para o desenvolvimento das regiões onde está instalado. Para tanto, o *Campus* Santo Antônio de Pádua do IFFluminense tem, em suas estruturas, uma concepção de Educação

Profissional e Tecnológica baseada no princípio filosófico da politecnicidade, por ver este princípio, como potencializador do indivíduo no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimento a partir de uma prática interativa com a realidade opondo-se a concepção que toma a educação técnica apenas como modalidade instrumentalizadora do ser humano.

Assim, podemos dizer que a implantação do IFFluminense *Campus* Santo Antônio de Pádua, guarda um estrito vínculo com o objetivo de desenvolver uma educação profissional cidadã, comprometida com a construção de um país mais digno e ético, uma educação que alcance diferentes grupos e espaços sociais.

Dessa forma, entendemos que o papel que está previsto para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é o de garantir a perenidade das ações que visem incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma Educação Profissional e Tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção da cidadania e transformação social. Enfatizamos, assim, o compromisso político e social de uma educação para liberdade do ser humano e para a emancipação do trabalhador nas suas relações com o mundo do trabalho.

Baseada na Regulamentação Didática Pedagógica do IFFluminense e no artigo 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nossas finalidades norteadoras são:

- Ter o trabalho como princípio educativo;
- Promover a indissociabilidade entre o trabalho intelectual e manual;
- Efetivar integração entre a pesquisa, o ensino e a extensão durante o ensino médio, entendendo essa tríade como de fundamental importância na formação do indivíduo;
- Buscar a integração das disciplinas técnicas e propedêuticas, entendendo, dessa forma, o conhecimento como não fragmentado, mas múltiplo, polissêmico e dinâmico;
- Humanizar o profissional formado por nossa escola, estimulando sempre sua visão crítica e sua capacidade de resolver problemas e criar soluções criativas e inovadoras;
- Construir com o educando os elementos políticos e filosóficos para a sua emancipação enquanto trabalhador e cidadão;
- Estimular entre os discentes a vivência de princípios fundamentais para a construção de uma efetiva sociedade igualitária, como justiça, igualdade, liberdade e solidariedade;
- Criar na comunidade escolar, juntamente a sociedade civil, uma gestão verdadeiramente de-

mocrática com transparência de todos os atos, obedecendo aos princípios da autonomia, da descentralização e da participação coletiva nas instâncias deliberativas;

- Prezar pela natureza pública, gratuita e laica do *Campus*;
- Estimular a formação omnilateral de nossos estudantes, observando suas multiplicidades físicas, intelectuais, culturais e socioeconômicas;
- Consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos do discente.
- Preparar o educando para o trabalho e para a cidadania, de modo que ele seja capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de vida e aperfeiçoamento posteriores.
- Aprimorar o educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.
- Compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática no ensino de cada componente curricular.

7 MISSÃO

Promover avanços na pesquisa, no ensino e na extensão, formando profissionais competentes e habilitados ao pleno desempenho de suas funções, instituindo seus princípios norteadores na concepção da educação pelo trabalho, em que os profissionais são inseridos na realidade brasileira e formados para colocar a ciência e a técnica a serviço da sociedade.

8 GESTÃO DEMOCRÁTICA

O *Campus* Santo Antônio de Pádua adota a Gestão Democrática como um dos instrumentos de transformação da realidade da escola, pois nas decisões que envolvem a comunidade escolar é preciso haver a contribuição das diversas experiências pertinentes ao campo educacional. Alonso (1998, p.11) destaca a importância de:

repensar a escola como um espaço democrático de troca e produção de conhecimento que é o grande desafio que os profissionais da educação, especificamente o Gestor Escolar, deverão enfrentar neste novo contexto educacional, pois o Gestor Escolar é o maior articulador deste processo e possui um papel fundamental na organização do processo de democratização escolar.

Podemos registrar também a mobilização para instituir o Conselho de *Campus*, composta

por pais, estudantes, servidores da instituição e representante da sociedade, e a motivação para instituir o Grêmio Estudantil, como os primeiros passos para a afirmação da autonomia e gestão democrática do *Campus* Santo Antônio de Pádua.

Outro ponto também muito importante é a participação da comunidade escolar na construção do PPP de forma democrática e participativa. No *Campus* Santo Antônio de Pádua, desde o início de suas atividades administrativas, foi incentivada a participação coletiva na construção do documento que define a identidade da escola, e nesse movimento de reestruturação, reafirmamos a prática coletiva, contando com representantes dos responsáveis, estudantes e servidores.

Com esse viés, a escola começa a refletir os traços de uma gestão democrática e participativa, em que a coletividade prevalece e todos têm direito de construir uma escola justa e igual para todos os participantes, onde a responsabilidade de transformação da realidade é partilhada entre os diversos atores desse processo.

Outro ponto importante é que a diversidade é base da sociedade moderna, onde devemos entender o outro e buscar viver em um clima solidário. O gestor nesse contexto tem um papel fundamental na mediação para que esta relação de respeito mútuo possa ser algo real dentro das relações sociais.

Assim, é preciso que haja um comprometimento da comunidade escolar para que o direito às diferenças, que a Constituição nos assegura, prevaleça sobre atitudes discriminatórias, tendo sempre o bem da coletividade como princípio norteador das atitudes dentro e fora da escola. Dalmás (1994, p. 47) afirma que:

[...] não pode haver na escola um clima de hostilidade, de individualismo, de irresponsabilidade e de não envolvimento, pois esses comprometem o andamento do planejamento participativo e que ao invés da construção desse clima deva existir sim, um ambiente de acolhida, aceitação mútua e interesses um pelo outro.

No *Campus* Santo Antônio de Pádua entende-se que a gestão escolar democrática e participativa deve ser um processo coerente e contínuo dentro da realidade em que a escola está inserida, em que o gestor precisa mediar o processo de integração entre todos os atores da comunidade escolar, possibilitando assim, o atendimento às demandas educacionais existentes, tendo como finalidade, a elaboração de uma proposta educativa de qualidade, proporcionando um espaço de respeito mútuo, dignidade e, de formação de identidades pautadas em valores éticos dentro da diversidade cultural existente, para que a vida em sociedade seja algo que possa ser realizado de maneira plena.

Essa qualidade na educação depende das ações que envolvem todos os personagens na gestão escolar, a partir de um planejamento que vise o bem da coletividade, apesar das diferenças exis-

tentes. Gonçalves (2003, p. 34) complementa este pensamento afirmando que “o planejamento participativo é uma forma de planejar que envolve todos os atores da ação educativa nas decisões sobre aonde se quer chegar e de que maneira chegar”.

A construção de um ambiente escolar em que a democracia prevaleça passa por um longo trabalho de sensibilização que deve ser refletido por gestores, equipe pedagógica, docentes e técnico-administrativos, tendo como objetivo um papel mais participativo desses personagens que precisam se comprometer com um processo de mudança da realidade.

Suas ações e atitudes precisam estar voltadas para satisfazer as necessidades da comunidade em geral, com muita dedicação, participação e responsabilidade, e a partir daí, chegar ao maior objetivo que é a promoção do homem dentro do contexto político e social.

Dessa forma, a gestão democrática baseia-se em ações coletivas, envolvendo todos os servidores do *Campus* Santo Antônio de Pádua, tendo o Diretor como incentivador dessa democracia. Assim, todos precisam participar coletivamente e dividir responsabilidades a fim de transformar a própria prática, a partir da autocrítica, trazendo a serenidade para os momentos de discussões para aceitar as diferenças como condição para dialogar em conjunto, pois cada um tem uma experiência que deve ser valorizada.

A Direção do *Campus* Santo Antônio de Pádua entende que o planejamento participativo possibilita o crescimento de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, e por isso não pode ser deixado de lado pelo gestor, sendo este, parte fundamental para ser realizada uma gestão escolar democrática.

9 O TEMPO ESCOLAR

Uma das ferramentas que constitui a organização pedagógica é o tempo escolar. Ele ordena o calendário escolar, a matriz curricular, o tempo de integralização do curso e as divisões por áreas de conhecimento.

O tempo – uma das variáveis mais importantes da organização escolar – acaba por interferir e condicionar definitivamente o modelo de intervenção didática que se pretende implementar no seu dia a dia. (PINTO, 2001, p. 60)

O tempo escolar é de natureza interdisciplinar e de extrema importância, pois é elemento constitutivo do currículo escolar. A partir dele é definida a carga horária que os professores de cada componente curricular/área do conhecimento terão para usar em sua práxis, além de prever dias letivos, avaliações, cursos, atividades extracurriculares, férias, pesquisa, extensão e outras

atividades pedagógicas.

Além disso, segundo Veiga (2002), essa organização do tempo de cada instituição deve levar em consideração a realidade, a região, a estrutura e a individualidade dos diferentes atores envolvidos.

A primeira tarefa para construção de um tempo escolar eficiente é o abandono dos parâmetros que dificultam a criatividade, possibilitando estratégias que libertem e desinibam o estudante em vez de o aprisionarem no sistema. Temos que deixar de viver o tempo escolar apenas na sua dimensão do trabalho e passar a vivê-lo mais na dimensão criativa.

O tempo escolar foi pensado para proporcionar aos nossos estudantes atividades diversificadas além das atividades em sala de aula, reorganizando os espaços, o tempo e os conteúdos, para que os estudantes possam se desenvolver de forma completa, em sua totalidade, contando com a colaboração dos responsáveis e a comunidade.

O professor também necessita de tempo para conhecer melhor os estudantes, exercer sua formação continuada dentro do ambiente escolar, participar de cursos e palestras de formação continuada, planejar suas ações pedagógicas, diários e acompanhar e avaliar o projeto-político-pedagógico em ação. O estudante por sua vez precisa de tempo para, entre outras coisas, poder demonstrar as suas capacidades, tornar-se cada vez mais criativo para se organizar e criar seus espaços para além da sala de aula, como atividades de pesquisa e de extensão.

Pensando no tempo de socialização, proteção e de convívio familiar a que todo indivíduo necessita, recomendamos aos estudantes que eles realizem as atividades escolares durante o período que estiverem na escola, visto que no *Campus* é possível contar com a ajuda dos colegas, professores e demais servidores da educação para os auxiliarem nas atividades.

9.1 Escola Integral

A implantação de uma escola que preza a educação integral, possibilita uma ampliação de oportunidades complementares de formação e enriquecimento curricular que promovam aprendizagens significativas e emancipadoras. Nas escolas de Educação Profissional e Tecnológica há, ainda, a necessidade de proporcionar aos educandos uma formação que possibilite uma maior integração entre os conhecimentos técnicos e humanísticos, formação básica e formação profissional, que permitam preparar o estudante para assimilar as rápidas e variadas informações do mundo globalizado, além de prepará-lo para que tenha capacidade de utilizar esses conhecimentos de forma criativa. Segundo o Parâmetros Curriculares Nacionais, “por meio da Educação Integral,

se reconhece as múltiplas dimensões do ser humano e a peculiaridade do desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens” (MEC, 2000).

10 MATRIZES CURRICULARES

A partir do ano letivo de 2017, as matrizes (tabelas 04, 05, 06 e 07), referentes aos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, indicam quais os conteúdos trabalhados em cada área de conhecimento. Algumas dessas matrizes contam com as Atividades de Projeto na habilitação profissional. Esse componente curricular, por meio das vivências nos Eixos Tecnológicos ofertados pelo *Campus*, possui o fim de subsidiar o aluno na escolha do Eixo Tecnológico a ser seguido no 2º ano do curso.

Tabela 04: Matriz do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio.

MATRIZ CURRICULAR VIGÊNCIA: a partir de 2017 HORA-AULA: 60 minutos								
	Áreas de Conhecimento	Componentes Curriculares	1º ano (h/a)		2º ano (h/a)		3º ano (h/a)	
			Nº de aulas semanais	Total de horas -aula	Nº de aulas semanais	Total de horas -aula	Nº de aulas semanais	Total de horas -aula
BASE NACIONAL	Linguagens	Artes	2	80	-	-	-	-
		Educação Física	1	40	1	40	-	-
		Inglês	1	40	2	80	-	-
		Língua Portuguesa	4	160	3	120	2	80
		Espanhol	1	40	-	-	-	-
	Matemática	Matemática	4	160	3	120	2	80
	Ciências da Natureza	Biologia	3	120	2	80	1	40
		Física	2	80	2	80	2	80
		Química	2	80	2	80	2	80
	Ciências Humanas	Filosofia	1	40	1	40	1	40
		Geografia	2	80	1	40	2	80

		História	2	80	2	80	1	40
		Sociologia	1	40	1	40	1	40
Número de aulas semanais / Carga horária anual (h/a)			26	1040	20	800	14	560
Carga horária anual acumulada (h)			1040 h		1840 h		2400 h	
Carga horária total (h)			2400 h					
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	Disciplinas Profissionalizantes	Atividades de Projeto	4	160	-	-	-	-
		Administração de Recursos Materiais	-	-	3	120	-	-
		Gestão da Qualidade e Marketing	-	-	3	120	-	-
		Teoria Geral da Administração e Logística Aplicada	-	-	2	80	-	-
		Administração Pública e Relações Trabalhistas	-	-	2	80	-	-
		Planejamento Empresarial e Estratégico	-	-	-	-	2	80
		Contabilidade Básica e Legislação Comercial	-	-	-	-	2	80
		Inglês Técnico	-	-	-	-	2	80
		Gestão Financeira	-	-	-	-	2	80
		Seminários de Práticas em Administração	-	-	-	-	6	240
		Gestão de Pessoas	-	-	-	-	2	80
		Número de aulas semanais / Carga horária anual (h/a)			4	160	10	400
Carga horária anual acumulada (h)			160		560		1200	
NÚMERO TOTAL DE AULAS SEMANAIS / CARGA HORÁRIA ANUAL TOTAL (h/a)			30	1200	30	2400	30	3600
CARGA HORÁRIA TOTAL			3600 h/a					
Prática Profissional	Estágio Curricular Supervisionado		160 h					
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO			3720 horas					

Tabela 05: Matriz do Curso Técnico em Automação Industrial Integrado ao Ensino Médio.

MATRIZ CURRICULAR VIGÊNCIA: 2017 HORA-AULA: 60 minutos									
	Áreas de Conhecimento	Componentes Curriculares	1º ano (h/a)		2º ano (h/a)		3º ano (h/a)		
			Nº de aulas semanais	Total de horas-aula	Nº de aulas semanais	Total de horas-aula	Nº de aulas semanais	Total de horas-aula	
BASE NACIONAL	Linguagens	Artes	2	80	-	-	-	-	
		Educação Física	1	40	1	40	-	-	
		Inglês	1	40	2	80	-	-	
		Língua Portuguesa	4	160	3	120	2	80	
		Espanhol	1	40	-	-	-	-	
	Matemática	Matemática	4	160	3	120	2	80	
	Ciências da Natureza	Biologia	3	120	2	80	1	40	
		Física	2	80	2	80	2	80	
		Química	2	80	2	80	2	80	
	Ciências Humanas	Filosofia	1	40	1	40	1	40	
		Geografia	2	80	1	40	2	80	
		História	2	80	2	80	1	40	
		Sociologia	1	40	1	40	1	40	
	Número de aulas semanais / Carga horária anual (h/a)			26	1040	20	800	14	560
	Carga horária anual acumulado (h)			920 h		1720 h		2400 h	
	Carga horária total (h)			2400 h					
HABILITAÇÃO	Disciplinas Profissionalizantes	Atividades de Projeto	4	160	-	-	-	-	
		Eletrônica Analógica	-	-	2	80	-	-	
		Eletrônica Digital	-	-	2	80	-	-	
		Eletricidade Básica	-	-	3	120	-	-	
		Medidas Elétricas	-	-	1	40	-	-	

	Desenho Técnico Assistido		-	2	80	-	-
	Instrumentação	-	-	-	-	3	120
	Redes e Protocolos Industriais	-	-	-	-	2	80
	CLP e Sistemas Supervisórios para Processos Industriais	-	-	-	-	3	120
	Comandos Pneumáticos e Hidráulicos	-	-	-	-	3	120
	Controle e Processos Industriais	-	-	-	-	3	120
	Automação Predial	-	-	-	-	2	80
Número de aulas semanais / Carga horária anual (h/a)		4	160	10	400	16	640
NÚMERO TOTAL DE AULAS SEMANAIS / CARGA HORÁRIA ANUAL TOTAL (h/a)		30	1200	30	2400	30	3600
CARGA HORÁRIA TOTAL		3600 h/a					
Prática Profissional	Estágio Curricular Supervisionado	120 h					
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO		3720 horas					

Tabela 06: Matriz do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio.

MATRIZ CURRICULAR VIGÊNCIA: a partir de 2017 HORA-AULA: 60 minutos								
	Áreas de Conhecimento	Componentes Curriculares	1º ano (h/a)		2º ano (h/a)		3º ano (h/a)	
			Nº de aulas semanais	Total de horas-aula	Nº de aulas semanais	Total de horas-aula	Nº de aulas semanais	Total de horas-aula
BASE NACIONAL	Linguagens	Artes	2	80	-	-	-	-
		Educação Física	1	40	1	40	-	-
		Inglês	1	40	2	80	-	-
		Língua Portuguesa	4	160	3	120	2	80
		Espanhol	1	40	-	-	-	-
	Matemática	Matemática	4	160	3	120	2	80

	Ciências da Natureza	Biologia	3	120	2	80	1	40
		Física	2	80	2	80	2	40
		Química	2	80	2	80	2	80
	Ciências Humanas	Filosofia	1	40	1	40	1	40
		Geografia	2	80	1	40	2	80
		História	2	80	2	80	1	40
		Sociologia	1	40	1	40	1	40
Número de aulas semanais / Carga horária anual (h/a)			26	1040	20	800	14	560
Carga horária anual (h)			920 h		1720 h		2400 h	
Carga horária total (h)			2400 h					
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	Disciplinas Profissionalizantes	Atividades de Projeto	4	160	-	-	-	-
		Ciência dos Materiais de Construção	-	-	2	80	-	-
		Topografia e Mecânica dos Solos	-	-	3	120	-	-
		Planejamento e Gestão Ambiental	-	-	1	40	-	-
		Mecânica das Estruturas	-	-	2	80	-	-
		Projetos de Construção Civil	-	-	2	80	-	-
		Canteiro de Obras e Tecnologia das Construções	-	-	-	-	2	80
		Projeto estrutural	-	-	-	-	2	80
		Instalações Elétricas	-	-	-	-	2	80
		Instalações Hidráulicas	-	-	-	-	2	80
		Planejamento e Orçamento de Obras	-	-	-	-	2	80
		Fundações e Contenções	-	-	-	-	2	40
		Projeto de Conclusão de Curso	-	-	-	-	4	160
Número de aulas semanais / Carga horária anual (h/a)			4	160	10	400	16	640
Carga horária anual acumulada (h)			160		560		1200	
NÚMERO TOTAL DE AULAS SEMANAIS /			30	1200	30	2400	30	3600

CARGA HORÁRIA ANUAL TOTAL (h/a)							
CARGA HORÁRIA TOTAL		3600 h/a					
Prática Profissional	Estágio Curricular Supervisionado	120 h					
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO		3720 horas					

Tabela 07: Matriz do Curso Técnico em Logística Integrado ao Ensino Médio na modalidade PROEJA.

MATRIZ CURRICULAR VIGÊNCIA: a partir de 2017 HORA-AULA: 60 minutos								
	Áreas de Conhecimento	Componentes Curriculares	1º ano (h/a)		2º ano (h/a)		3º ano (h/a)	
			Nº de aulas semanais	Total de horas-aula	Nº de aulas semanais	Total de horas-aula	Nº de aulas semanais	Total de horas-aula
BASE NACIONAL	Linguagens	Artes	1	40	-	-	-	-
		Educação Física	1	40	-	-	-	-
		Inglês	-	-	-	-	1	40
		Língua Portuguesa	2	80	3	120	3	120
		Espanhol	-	-	1	40	-	-
	Matemática	Matemática	2	80	2	80	2	80
	Ciências da Natureza	Biologia	2	80	-	-	-	-
		Física	-	-	-	-	2	80
		Química	-	-	2	80	-	-
	Ciências Humanas	Filosofia	1	40	1	40	1	40
		Geografia	-	-	2	80	2	80
		História	2	80	-	-	-	-
		Sociologia	1	40	1	40	1	40
	Número de aulas semanais / Carga horária anual (h/a)			12	480	12	480	12
Carga horária anual acumulada (h)			480		960		1440	
Carga horária total (h)			1440 h					
Disciplinas	Estatística Básica e Matemática Financeira		2	80				
	Fundamentos da Logística		2	80				

Profissionalizantes	Introdução a Contabilidade	2	80				
	Informática básica	2	80				
	Introdução a Administração			2	80		
	Cadeia de suprimentos			2	80		
	Empreendedorismo			2	80		
	Sistema Gerencial Logístico			2	80		
	Meio Ambiente e Sustentabilidade					2	80
	Gestão da Qualidade					2	80
	Marketing de serviços					2	80
	Legislação comercial					2	80
	Número de aulas semanais / Carga horária anual (h/a)		8	320	8	320	8
Carga horária anual acumulado (h)		320		640		960	
NÚMERO TOTAL DE AULAS SEMANAIS / CARGA HORÁRIA ANUAL TOTAL (h/a)		20	800	20	1600	20	2400
CARGA HORÁRIA TOTAL		2400 h					
Prática Acadêmicas	Atividades Complementares	240 h					
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO		2640 h					

10.1 O Pensar Coletivo

Cada indivíduo traz suas singularidades e concepções, assim, visando a construção de um projeto unificado de educação. Para consolidar esse projeto, faz-se necessário o permanente trabalho em grupo.

O diálogo constante permite a confrontação de visões e objetivos antagônicos, propiciando uma conciliação integradora na formatação e na consolidação de uma proposta educacional. Nesse encontro são contempladas as peculiaridades individuais dos agentes educacionais, as quais, geralmente, se tornam os principais empecilhos do processo. Ou seja, na coletividade é possível a resolução dos conflitos e entraves da prática escolar (FERRARI, 2011).

No entanto, alguns requisitos são necessários. É preciso que seja claro aos membros que os

objetivos e as concepções que se mostrem mais importantes para a coletividade devem prevalecer sobre as questões estritamente individuais. Outro detalhe importante, que pode também ser um complicador, é o grande dispêndio de energia para se chegar a um consenso. Inicialmente o grupo precisa se afinar e se conhecer, portanto, é possível que em um momento posterior aconteça maior agilidade na tomada de decisões.

A prática pedagógica do IFFluminense *Campus* de Santo Antônio de Pádua, portanto, está pautada na prática coletiva. Reuniões de planejamento entre todos os professores, agrupados pelas grandes áreas do conhecimento, são realizadas com intuito de decidir e acompanhar o processo pedagógico.

Assim, a equipe docente e técnico-pedagógica participa semanalmente da reunião pedagógica, que possui o propósito de oportunizar diálogos para a potencialização dos planejamentos já realizados, além de ser um momento de reflexão sobre a prática da integração.

O diálogo crítico em torno das concepções fundantes do projeto político-pedagógico coletivo: ser humano, conhecimento e política. Este diálogo exige não apenas um grande esforço de autoconhecimento, autoformação, capacidade de desconstrução e reconstrução dos processos escolares vividos, mas também uma grande capacidade de escuta do outro, para que um nós-ético possa ir se estabelecendo (SILVA, 1996, p.95).

11 ATENDIMENTO DOCENTE

Como atividade eletiva, o *Campus* Santo Antônio de Pádua, oferta aos seus estudantes um horário específico de atendimento docente. Neste momento, os estudantes podem tirar suas dúvidas com os professores, visando o melhor desempenho nas atividades acadêmicas.

Os horários de atendimento docente ocorrem após o encerramento das atividades letivas, para possibilitar uma maior participação dos estudantes. A participação dos estudantes na atividade eletiva de atendimento docente pode ser considerada como uma das formas de estudo de recuperação da aprendizagem.

O atendimento docente é divulgado aos estudantes a cada início de ano letivo, com dias e horário previamente determinados, quando deve ser estimulada a participação e frequência dos estudantes nessa atividade de ensino.

12 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

O *Campus* Santo Antônio de Pádua tem como princípio educativo o trabalho. Em consonância com esse princípio tem-se a politecnicidade, “(...) se encaminha na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral” (SAVIANI, 2003, p.136). O *Campus* Santo Antônio de Pádua, enquanto uma unidade de educação profissional e tecnológica, encaminha sua prática pedagógica em direção a essa relação indissolúvel entre o trabalho manual e intelectual.

Inspirados na concepção politécnica de ensino, que visa a formação omnilateral dos cidadãos, o *Campus* Santo Antônio de Pádua almeja a desconstrução de um currículo fragmentado, buscando a consolidação de um currículo integrado que auxilie na superação das dicotomias do sistema de ensino. Corroborando com essa perspectiva de trabalho, tem-se a politecnicidade, que é definida por Maciel (2007, p.11) como:

princípio pedagógico que se constitui de processos educativos integradores das dimensões intelectual, física e tecnológica, transformada nesse estudo em racionalidade, enquanto desenvolvimento das dimensões lógico-cognitivas; em habilidade, enquanto expressão de capacidades psicomotoras e físicas; em sensibilidade, como potencialização de todos os sentidos; e em sociabilidade, como participação produtiva e política na sociedade, cujo fim é a formação integral.

Assim, ao encontro dessa formação integral do estudante, temos como metodologia de ensino a Problematização, cuja característica é relacionar a prática pedagógica à vida em sociedade, proporcionando ao estudante a oportunidade de ter uma formação omnilateral. Segundo Berbel (1998, p. 145), esta metodologia tem como objetivo:

a mobilização do potencial social, político e ético dos alunos, que estudam cientificamente para agir politicamente, como cidadãos e profissionais em formação, como agentes sociais que participam da construção da história de seu tempo, mesmo que em pequena dimensão.

Ainda sobre a metodologia da Problematização, é importante frisar que ela pode ser desenvolvida em 5 etapas, quais sejam: observação da realidade, pontos-chave, teorização, hipóteses de solução e aplicação à realidade, que são descritas como:

a primeira etapa é a Observação da Realidade social, concreta, pelos alunos, a partir de um tema ou unidade de estudo. (...)Para realizar as atividades da segunda etapa que é a dos Pontos-Chaves, os alunos são levados a refletir primeiramente sobre as possíveis causas da existência do problema em estudo (...). A partir dessa análise reflexiva, os alunos são estimulados a uma nova síntese: a da elaboração dos pontos essenciais que deverão ser estudados sobre o problema, para compreendê-lo mais profundamente (...).A terceira etapa é a da teorização. Esta é a etapa do estudo, da investigação propriamente dita. (...)A quarta etapa é a das hipóteses de solução. Todo o estudo realizado deverá fornecer elementos para os alunos, crítica e criativamente, elaborarem as possíveis soluções. (...)A quinta e última etapa é a da Aplicação à Realidade. Esta etapa da Metodologia da Problematização ultrapassa o exercício intelectual. (Idem, p.142)

Essas etapas contemplam o que a referida autora identifica como a primeira referência dessa metodologia, qual seja: o método do arco, de Charles Maguerez. Ao concluir as etapas, os estudantes terão exercitado a dialética entre prática-teoria-prática, em que o objetivo final, desse processo, é a relação do estudante com a realidade social.

A proposta pedagógica do *Campus* Santo Antônio de Pádua propõe que projetos de problematização seja um meio de promoção da integração entre os conteúdos das áreas do conhecimento e dos eixos relacionados aos cursos técnicos ofertados no *Campus*. Dessa forma,

a opção pela Metodologia da Problematização não requer grandes alterações materiais ou físicas na escola. As mudanças são mais na programação da Disciplina. Requer sim alterações na postura do professor e dos alunos para o tratamento reflexivo e crítico dos temas e na flexibilidade de local de estudo e aprendizagem, já que a realidade social é o ponto de partida e de chegada dos estudos pelo grupo de alunos. (Idem, p.148)

13 PESQUISA

A Direção de Pesquisa, Extensão e Cultura do IFFluminense *Campus* Santo Antônio de Pádua busca promover e estimular a pesquisa dos estudantes dos cursos técnicos integrados do ensino médio trabalhando como temas caros a comunidade local e regional. O *Campus* Santo Antônio de Pádua adota como inspiração filosófica a politecnicidade, e nessa inspiração, a pesquisa será integrada ao ensino e a extensão, ou seja, a relação que a pesquisa forma com o ensino e a extensão é ativa e fomentadora. A pesquisa tentará sempre estimular o estudante a se apropriar de novos conhecimentos fazendo com que ele possa formar um senso crítico e a propor soluções para a resolução de problemas a seu redor.

A prática da pesquisa como um princípio educacional em vez de uma ferramenta auxiliar na construção do saber do educando, o leva a desenvolver habilidades que, no futuro, podem direcioná-lo a ser um empreendedor, cooperativo com a realidade local e regional. A concepção da pesquisa enquanto princípio educativo, entendendo-a como trabalho de produção do conhecimento, como atividade instigadora do educando no sentido de procurar respostas às questões postas pelo mundo que o cerca, estimulará, portanto, a criatividade do estudante.

Nesta escola são desenvolvidas e estimuladas práticas de pesquisa capazes de problematizar as questões suscitadas no contexto acadêmico e na particularidade das práticas pedagógicas, criando oportunidades para que o educando questione, investigue, verifique, colete, compare, analise, examine, descubra, compreenda, sintetize, organize e interprete crítica e cientificamente. Assim, ao aplicar esses conceitos e relacioná-los a teoria e a prática, de maneira lógica, é possível inseri-los

em um contexto plausível, transdisciplinar e aberto a reflexões de todos os envolvidos no processo.

A pesquisa constitui uma prática que visa à formação do educando para temas que lhe são apresentados, assim como também busca reflexão, mudanças e inovações. Por isso, a introdução da pesquisa, através das atividades, trará diversos benefícios ao educando, posto que este ampliará, já no ensino médio, habilidades que normalmente só lhe seriam apresentadas no ensino superior.

No atual modelo brasileiro de educação, o desenvolvimento de pesquisas é atribuído quase que exclusivamente às universidades, principalmente as universidades federais, porém a pesquisa deve ser desenvolvida e estimulada em todos os níveis da educação. O papel do IFFluminense *Campus* Santo Antônio de Pádua enquanto instituição de nível básico, técnico e tecnológico será instigar o estudante do ensino médio/técnico a desenvolver e aperfeiçoar habilidades para a realização de pesquisas.

As atitudes de pesquisador devem ser sempre despertadas no estudante, tendo a pesquisa como fonte de saber e de transformação do ambiente acadêmico em um espaço dinâmico. A pesquisa, além de ser um ato educativo, reflexivo e formativo, é um ato político, por isso “deve ser atitude cotidiana no professor e no aluno” (DEMO, 2002, p.6).

O modelo de pesquisa proposto para os Institutos Federais é aquele da pesquisa aplicada, isto é, a pesquisa voltada para desenvolvimento das vocações e diagnósticos dos problemas locais e regionais, nos municípios onde os institutos estão inseridos.

Os educadores/pesquisadores do IFFluminense *Campus* Santo Antônio de Pádua devem buscar sempre a formação humanizada e cidadã do técnico formado no nosso *Campus*. Entende-se que a pesquisa, aliada ao ensino e a extensão, oferece as qualidades para essa formação que pretende assegurar, aos profissionais formados, a capacidade de manter-se em desenvolvimento. Assim, será feita a integração entre tecnologia, ciência e cultura como grandezas indissociáveis ao ser humano e essenciais para a construção da autonomia intelectual.

A pesquisa pode ser uma ferramenta utilizada em diversos vieses, como o **científico**, que se consolida em produção do conhecimento; o **educativo**, que diz respeito à atitude de questionamento da realidade e de intervenção na sociedade; o da **indissociabilidade**, que visa à integração entre pesquisa, extensão e ensino; e o **ético**, que responde pela investigação dos princípios que motivam, distorcem, disciplinam ou orientam o comportamento humano.

O IFFluminense *Campus* Santo Antônio de Pádua estimulará durante todo o desenvolvimento do ensino médio/técnico, a perfeita junção que pode ser realizada entre pesquisa e ensino por meio da utilização da metodologia da problematização, buscando assim auxiliar os

princípios educativos aos princípios básicos do processo investigativo de uma pesquisa, para que estas habilidades necessárias aos educandos sejam incorporadas desde sua entrada na instituição e aprimoradas ao longo dos anos sequenciais do ensino técnico.

14 EXTENSÃO

A proposta institucional que se desenha para o *Campus* Santo Antônio de Pádua do Instituto Federal Fluminense, inspirada na Politecnia, coloca o trabalho como princípio para o aprendizado e construção da cidadania. A efetivação deste princípio impõe que se coloque o agir em sociedade em sua prática educacional. Esta perspectiva possibilita a potencialização da Extensão como campo institucional, tendo em vista ser ela o lugar por excelência da interação com a sociedade.

Tendo como base estes princípios, estabelecemos as diretrizes para a Extensão. Três conceitos-chave organizam esta proposta: identidade, interação e disponibilização.

Identidade é categoria complexa. Foi criticada e relativizada ao longo das últimas décadas em diversos campos do saber, porém, é ainda em torno dela que as instituições procuram se organizar. O primeiro elemento a se considerar é que a identidade é uma construção social. Ou seja, não podemos definir *a priori* qual identidade será assumida pelo IFFluminense *Campus* Santo Antônio de Pádua em virtude de estar em processo de implantação. Nosso trabalho neste momento é de, a partir das relações que se constituirão, das demandas da sociedade que surgirão e do trabalho que será constituído, começar a identificar as potencialidades da instituição na sua relação com os outros agentes da sociedade e trabalhar em torno destas. O segundo elemento da tessitura desta identidade é seu caráter relacional: identidade se constrói sempre em relação a algo ou alguém. Neste sentido, é imperativo operar duas dimensões que se complementam: será preciso constituir identidade em relação aos outros campi do próprio IFFluminense e em relação à cidade em que se insere. Por último, é fundamental considerar as relações entre identidade e diversidade. O tecido social de que faz parte o IFFluminense *Campus* Santo Antônio de Pádua é complexo e multifacetado. Sua inserção terá mais êxito se, no lugar de produzir uma identidade rígida e impositiva, conseguir dialogar com esta diversidade e trazê-la para dentro da instituição.

É a partir desta perspectiva que se articula o conceito-chave *interação*, que leva em conta, especialmente, o elemento da territorialidade. A territorialidade é constituinte fundamental da proposta dos institutos federais. Entendido primeiramente como “espaço geográfico”, ampliou-se para incorporar a ideia de:

território enquanto construção sociocultural que ocorre em determinado espaço e tempo. Trata-se, portanto, de um espaço estabelecido por grupos sociais a partir de suas identidades e das interações que ocorrem entre si, num determinado tempo histórico. (PACHECO; PEREIRA; VIDOR, 2009, p. 36)

O território será compreendido como “rede de relações sociais em permanente movimento e, conseqüentemente, em constante mutação” (idem: idem). Deste modo, a partir da interação como conceito-chave, pretende-se desenvolver atividades que incorporem o IFFluminense *Campus* Santo Antônio Pádua a esta rede de relações já existente, modificando-a positivamente. A partir disto, será possível produzir nova territorialidade no espaço geográfico em que se insere a instituição.

O terceiro conceito-chave proposto, a *disponibilização*, refere-se ao entendimento de que o IFFluminense *Campus* Santo Antônio Pádua é uma instituição pública e gratuita e, portanto, suas estruturas e serviços devem estar à disposição para uso pleno da sociedade. Como exemplos da aplicação deste princípio, teremos espaços como o anfiteatro, a biblioteca e a quadra de esportes, que foram planejados para que seu uso não se restrinja somente aos estudantes e servidores da instituição.

A atividade extensionista do IFFluminense *Campus* Santo Antônio Pádua não se restringe a Direção de Pesquisa, Extensão e Cultura. Servidores e estudantes são convidados a compor a rede de agentes extensionistas do *Campus*, propondo projetos e ações de acordo com as especificidades de seu trabalho na instituição.

O método de trabalho será estruturado de forma a viabilizar ações de acordo com os eixos que orientam as concepções e políticas de extensão na Rede de EPCT, conforme estabelece o documento “Extensão Tecnológica” (CONIF, 2013):

- Desenvolvimento: colaborar para a criação de políticas para o desenvolvimento local e regional observando o arranjo produtivo local e as vocações produtivas regionais, tais como: incentivo ao empreendedorismo, ao associativismo e ao cooperativismo.
- Integração com o mundo do trabalho: estabelecer políticas de estágio e acompanhamento dos egressos, além de realizar visitas técnicas e gerenciais.
- Inclusão produtiva e social: desenvolver programas e projetos que tenham como foco principal populações em condição de vulnerabilidade social, tais como: Mulheres Mil, Rede CERTIFIC, PROEJA e Bolsa Formação – PRONATEC, além de criar estratégias de assistência estudantil para permanência destas populações nos programas e projetos.
- Política Cultural: Estabelecer política de cultura que proporcione a integração dos grupos culturais locais com a instituição, bem como colabore para a ampliação do repertório local, promo-

vendo a integração com grupos e manifestações culturais de outras territorialidades. Serão realizadas ações que potencializem a cultura local nas suas três dimensões: simbólica, cidadã e econômica.

14.1 Relações e Parcerias com a comunidade, instituições e empresas

O IFFluminense *Campus* Santo Antônio Pádua encontra-se às margens do Rio Pomba, uma localização contemplada com a proximidade de serrarias de pedras e fábricas de papel. Por sua referência em educação, a instituição atenderá a comunidade local e os municípios vizinhos de forma que sejam reconhecidas as intencionalidades das ações pedagógicas e administrativas do instituto. A comunidade escolar vai analisar e debater sobre esses dados, sugerindo medidas para as eventuais alterações.

O Projeto Político Pedagógico precisa, desde os seus primeiros estudos e levantamentos, contar com a participação de todos da escola e a comunidade de forma a construir sua identidade própria, por refletir o pensamento do seu coletivo.

Dessa forma nos remetemos ao pensamento de Souza (2008) quando diz que a promoção de ações que buscam fortalecer a articulação da escola com a comunidade, reflete na eficiência do rendimento escolar dos estudantes, assim:

Esses princípios estão todos interligados, alunos de escolas que contam com a participação dos pais, apresentam melhores rendimentos e menor taxa de evasão. As escolas que têm articulação com a comunidade geralmente oferecem uma educação de melhor qualidade aos seus alunos. A integração escola-comunidade, por sua vez, será sempre decorrente de uma gestão democrática, ou seja, com abertura e o incentivo, proporcionados pela direção, para a participação dos vários segmentos da comunidade na vida escolar de seus filhos. (SOUZA, 2008, p.25)

Para que esta articulação escola-comunidade/comunidade-escola aconteça efetivamente, o primeiro passo é o conhecimento da comunidade em que a instituição está inserida. O levantamento de dados sobre as condições materiais, sociais, culturais e familiares dos educandos será de suma importância para que todos os envolvidos no processo educativo conheçam as características da comunidade e dos estudantes com os quais atuam.

De posse dessas informações, caberá a toda a equipe escolar a promoção de atividades que facilitem a interação entre a escola e a comunidade, tanto no sentido escola-comunidade, *quanto no sentido* comunidade-escola, entre as quais estariam contatos com as famílias (especialmente dos estudantes com maiores dificuldades), saídas dos estudantes para melhor conhecerem a sua comunidade, atividades culturais e recreativas nos finais de semana (abertas à comunidade),

organização de eventos nas dependências da escola, enfim, um grande leque de possibilidades.

As atividades realizadas nesta proposta de ensino possibilitarão ao estudante do IFFluminense *Campus* Santo Antônio Pádua o desenvolvimento de sua capacidade de construir conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade. Para isso, o envolvimento da escola com a comunidade será essencial, pois a prática educativa não será limitada à observação da realidade, mas buscará a sua transformação.

É fundamental, porém, que todas essas atividades de interação entre escola e comunidade caminhem ao encontro daquela que é a atividade-fim do estabelecimento de ensino: a **educação**. Assim, com base nas informações coletadas e nas atividades de intercâmbio promovidas, caberá à escola desenvolver um processo de ensino e uma programação cultural ampla, ambas iniciativas embasadas nas necessidades e aspirações da comunidade – portanto, *condizentes com a realidade cotidiana*.

Dessa forma, os conhecimentos trabalhados pela escola ganham contornos locais (linguagem, exemplos, atividades, eventos culturais), aumentando o interesse dos estudantes pela escola e também a eficiência e a eficácia do processo de ensino e aprendizagem.

Assim, buscaremos a interação entre a comunidade externa e o ambiente acadêmico, por meio de ações de extensão planejadas, envolvendo não só parceria com organizações governamentais e não governamentais, instituições nacionais e internacionais, empresas, indústrias e pessoas, como também prestação de serviços.

As parcerias com a comunidade acontecerão por meio das Diretorias e Coordenações de Curso de forma a articular também programas de inclusão social com os conselhos comunitários, prefeituras e entidades representativas da sociedade civil organizada.

15 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Uma das muitas reflexões a serem feitas quando uma escola se propõe a construir uma proposta, que seja inspirada na politecnia, é, indubitavelmente, o modelo de avaliação. Segundo Hoffmann (2003) a avaliação serve para oportunizar o estudante expressar suas ideias e retomar dificuldades inerentes aos conteúdos introduzidos e desenvolvidos.

A avaliação auxilia ao professor no acompanhamento de cada estudante durante todas as etapas do processo de aprendizagem, assiste na tomada de decisão do professor com base nos registros feitos sobre evolução dos estudantes nas diferentes etapas do processo, tornando o

estudante comprometido com tal processo; contribui para aproximar quem educa de quem é educado, em benefício do educando e para que este descubra a si próprio e conheça as possibilidades do vir a ser, como também, para oferecer aos educandos inúmeras oportunidades de viver muitas e desafiadoras situações de vida.

Dessa forma, esta instituição tem como parâmetro um modelo de avaliação contínuo, dinâmico e não meramente estanque, pontual e classificatório. Janssen Silva (2010) destaca que “não se pode ensinar de uma forma e avaliar de outra, é preciso haver coerência”.

Grande parte do êxito de uma proposta pedagógica perpassa pela forma de avaliação adotada. O modelo de avaliação emancipatória é o que melhor atende a uma proposta de Ensino Médio integrado à Educação Profissional, cuja característica é tornar a educação geral parte inseparável da educação profissional. Espera-se que a cultura do trabalho auxilie o estudante a se tornar responsável pela sua aprendizagem.

Nessa perspectiva de emancipação, o educador deve utilizar a avaliação como ferramenta para diagnosticar a real situação do estudante no processo de ensino e aprendizagem, pois dessa forma, o professor poderá mediar o desenvolvimento pleno do educando. A avaliação na perspectiva da politécnia deve fazer com que os estudantes participem das aulas e não apenas estejam nelas. Deve-se avaliar os estudantes de diversas maneiras, com cunho sempre qualitativo.

Tomando como base o inciso V do Artigo 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a verificação do rendimento escolar observará o critério de “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do estudante, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”. Portanto, a própria legislação que ampara a educação preceitua que a avaliação deve ter um caráter formativo, contínuo e dinâmico.

(...) um processo compartilhado que busca contribuir com uma melhor compreensão de como o outro, parceiro no processo pedagógico, compreende como aprende, o que aprende, o que ensina, como ensina, o que sabe e o que não sabe, não apenas ao final do processo, mas enquanto o realiza. Aqui a avaliação focaliza o desconhecido, porém não como registro da incapacidade, mas como *locus* potencial de ampliação individual e coletivo do conhecimento. A avaliação como prática de investigação dá visibilidade ao processo permanente de construção/desconstrução/reconstrução dos conhecimentos de todos os que participam da relação pedagógica. (ESTEBAN, 2006, p.86)

15.1 Instrumentos avaliativos e suas aplicações

Segundo Luckesi (2002), avaliação e exame são distintos. Enquanto exame tem por finalidade classificar o estudante, a avaliação é um instrumento de percepção para o educador aferir a qualidade do conhecimento que o estudante se apropriou. Sendo assim, o educador poderá traçar

novas metodologias de aprendizagem a fim de garantir o sucesso escolar.

Avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória nem seletiva, ao contrário, é diagnóstica e inclusiva. O ato de examinar, por outro lado, é classificatório e seletivo e, por isso mesmo, excludente, já que não se destina à construção do melhor resultado possível; tem a ver, sim, com a classificação estática do que é examinado. O ato de avaliar tem seu foco na construção dos melhores resultados possíveis, enquanto o ato de examinar está centrado no julgamento de aprovação ou reprovação. Por suas características e modos de ser, são atos praticamente opostos; no entanto, professores e professoras, em sua prática escolar cotidiana, não fazem essa distinção e, deste modo, praticam exames como se estivessem praticando avaliação. (LUCKESI, 2012, p. 5)

Tomando como princípio a integração entre as áreas de conhecimento e a individualidade do estudante, a avaliação no *Campus* Santo Antônio de Pádua estrutura-se utilizando vários instrumentos avaliativos, a saber:

- Avaliações escritas – por meio deste instrumento o educador pode diagnosticar a clareza de pensamento do estudante e sua assimilação do conteúdo através da escrita.
- Avaliações orais, seminários e afins – este instrumento proporciona ao educando a oportunidade de proferir suas ideias sobre o conteúdo estudado. Trabalha-se a postura para apresentação e suas estratégias de divulgação do conteúdo assimilado. Quando essa ferramenta é utilizada em grupo, deve-se levar em conta o pensar coletivo dos integrantes.
- Listas de Exercícios Teóricos – instrumento que auxilia o estudante a desenvolver suas potencialidades a partir dos conteúdos trabalhados nos horários de aprofundamento. Considerando o tempo de socialização e de convívio familiar necessário a todo indivíduo, os docentes do *Campus* Pádua devem orientar os estudantes, nos horários de atendimento docente, para que eles consigam desenvolver esta atividade no ambiente escolar.
- Relatórios de Práticas – a partir das práticas relacionadas com as Atividades de Aprofundamento e as frentes de trabalho proporcionadas pelas Atividades de Projeto, são elaborados relatórios técnicos. Estes, refletem o desenvolvimento das pesquisas práticas executadas.
- Pesquisa – o ato de pesquisar reflete o compromisso do educando de ir além do proposto nas atividades de aprofundamento. Novos conceitos, métodos e aplicações podem ser apresentados pelos estudantes utilizando esse instrumento.

- Assiduidade, Pontualidade e Participação – são critérios que refletem a participação nas atividades de aprofundamento e de projeto. Espera-se do educando uma postura ativa na aquisição do conhecimento.

15.2 Registro da Avaliação da Aprendizagem

O resultado do rendimento do estudante na educação profissional de nível médio deve ser registrado um único registro de nota em escala de 0 a 100, correspondente ao percentual de desenvolvimento dos saberes adquiridos.

Para efeito de atribuição da nota nos cursos estruturados em componentes curriculares, considerando trimestre no calendário letivo, em regime seriado anual, calcular-se-á a Média Aritmética dos resultados obtidos da Média Trimestral 1 (MT1), da Média Trimestral 2 (MT2) e da Média Trimestral 3 (MT3).

Antes do cálculo final para definir a aprovação ou reprovação do estudante, é obrigatória a aplicação de instrumento(s) avaliativo(s) de recuperação (paralela e suplementar) dos saberes aplicados ao final de cada período, em caráter obrigatório, aos estudantes que não obtiverem o rendimento mínimo no ciclo ou período semestral de 60% (sessenta por cento). O estudante deverá obter no mínimo 60% (sessenta por cento) de rendimento para aprovação, independentemente da forma de organização do currículo de seu curso.

Independente de a Média Anual ser igual ou superior a 60,0 (sessenta), para ser aprovado, o estudante terá que, obrigatoriamente, alcançar resultado igual ou superior a 40,0 (quarenta) no 3.º trimestre em cada componente curricular.

Ao final do período letivo, considerar-se-á APROVADO o estudante com um percentual mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência da carga horária total trabalhada e um aproveitamento mínimo de 60% (sessenta por cento) dos saberes previstos em todos os componentes curriculares.

15.3 Recuperação da Aprendizagem

Ao final de cada ciclo trimestral o estudante que não obtiver, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de aproveitamentos nos instrumentos avaliativos e na recuperação paralela, terá a

oportunidade de realizar mais um instrumento avaliativo (recuperação trimestral) com valor de 100 (cem) pontos. A maior nota obtida será computada com nota final do trimestre.

A avaliação de recuperação deve se dar no mínimo uma semana após a divulgação da Média de cada componente curricular, observando o período de avaliações definido no Calendário

$$MF = \frac{6 \cdot (MA) + 4 \cdot (VS)}{100} \text{ Acadêmico do } Campus.$$

O resultado obtido no processo de recuperação deverá substituir a Média alcançada em tempo regular, desde que seja superior a esta. O estudante que não alcançar resultado igual ou superior a 40,0 (quarenta) no 3.º bimestre será encaminhado à recuperação trimestral, devendo obter nota mínima 60,0 (sessenta).

Os estudantes de cursos seriados anuais que não obtiverem aprovação terão direito à Verificação Suplementar (VS), sendo considerado aprovado se alcançar um resultado final maior do que ou igual a 50,0 (cinquenta), utilizando-se da média ponderada entre a Média Anual (MA), com peso 6 (seis), e o resultado da Verificação Suplementar (VS), com peso 4 (quatro), representada na fórmula a seguir:

A fórmula a ser utilizada pelo estudante para calcular a nota que deverá obter na VS para aprovação é:

$$VS \geq \frac{50 - 6 \cdot (MA)}{4}$$

Feita a VS, caso o estudante não atinja os saberes necessários para a continuidade de estudos na etapa subsequente do curso, este deverá ser retido.

16 ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES DO *CAMPUS* SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

O Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal Fluminense é parte de um esforço coletivo empreendido na perspectiva da construção da Política de Apoio à Formação Integral do Estudante. Entende-se, pois, como Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal Fluminense o conjunto de ações, serviços e projetos que visa possibilitar a democratização das condições de acesso, permanência e conclusão de curso pela minimização dos efeitos e impactos da desigualdade social estrutural na vida dos estudantes e suas famílias.

O *Campus* Santo Antônio de Pádua busca também atender a legislação vigente, mais especificamente, voltada para as pessoas com deficiência, pois é dever desta instituição criar as possibilidades para que todos os estudantes, com as diversas especificidades tenham condições de desenvolver as potencialidades. Neste contexto, o IFFluminense vem adotando ações que visam atender às legislações e orientações a fim de garantir igualdade de oportunidades (acesso, permanência e êxito) dos estudantes com deficiência, rompendo com a situação de exclusão vigente ao longo de anos em muitas escolas no país.

Dessa forma, o *Campus* Santo Antônio de Pádua tem como objetivos, promover um ensino de qualidade por meio da melhoria dos índices dos resultados da avaliação, sejam advindas de estudantes portadores de deficiência ou qualquer tipo de especificidade relativo ao desenvolvimento do discente; promover reuniões pedagógicas e ações de acompanhamento junto aos professores que trabalham diretamente com os estudantes; sensibilizar toda a comunidade escolar para aceitação das diferenças e da diversidade; acompanhar e assessorar a flexibilização curricular realizada pelos professores sob orientação do Núcleo de Apoio à Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNEE), que está em processo de implementação no *Campus*; envolver a família no atendimento às necessidades dos estudantes e promover orientação aos responsáveis.

O *Campus* Santo Antônio de Pádua, por meio do processo de estruturação, tanto de pessoal quanto de material referente ao NAPNEE, buscará ser dotado de mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento aos estudantes.

O *Campus* Santo Antônio de Pádua já conta com integrantes na Comissão de Processo Seletivo Acessível, realizando as entrevistas para avaliar a necessidade de atendimento educacional diferenciado para candidatos e possíveis estudantes do *Campus* no dia da realização da prova. Esta é uma etapa inicial que prevê oportunidades e igualdade de acesso. Alguns recursos são disponibilizados para realização da prova do processo seletivo, a partir da análise da equipe avaliadora que estuda cada caso.

O *Campus* Santo Antônio de Pádua possui uma equipe multiprofissional composta pelos seguintes profissionais: Tradutora e Intérprete de LIBRAS; Assistente Social; Pedagogo; Técnico em Assuntos Educacionais; Nutricionista; Técnico de Enfermagem; Auxiliar de Enfermagem e Assistente de Aluno.

Portanto, é preciso que a escola ao trabalhar com o estudante que apresenta algum tipo de

dificuldade no processo de ensino e aprendizagem, seja de qualquer natureza, planeje intervenções pedagógicas, diversificando as situações de aprendizagem para adaptar as especificidades dos estudantes, desafiando e motivando constantemente a capacidade dos discentes.

Além disso, é preciso propor situações desafiadoras e motivadoras para estimular o pensamento e a capacidade cognitiva. É preciso que a escola desenvolva uma Proposta Pedagógica inclusiva, que atenda toda a diversidade.

17 ESPAÇO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CULTURA

O Espaço de Ciência, Tecnologia e Cultura foi criado com o intuito de proporcionar a integração curricular e a não dissociação entre pesquisa, ensino e extensão.

Tradicionalmente, os laboratórios são pensados em termos exclusivamente disciplinares: química, física, biologia, matemática e disciplinas técnicas, cada qual com o seu espaço delimitado. Vale ressaltar que as Ciências Humanas e suas Tecnologias não costumam ser contempladas com laboratórios.

Além disso, em um laboratório tradicional, independente da disciplina, a prática dos estudantes acontece, de modo geral, de maneira exclusivamente reprodutiva, replicando experimentos prontos que terminam por não estimular o desenvolvimento do senso crítico e reflexivo do estudante.

Na busca pela construção do conhecimento que tenha como um dos eixos a postura ativa dos estudantes, o Espaço de Ciência, Tecnologia e Cultura deve possuir como horizonte a interdisciplinaridade e, principalmente, a transdisciplinaridade. Ou seja, superar os limites disciplinares e a dicotomia entre o trabalho manual e o intelectual, pretendemos transcender os limites disciplinares dos tradicionais laboratórios e materializar nossa concepção de indissociabilidade entre Ciência, Tecnologia e Cultura.

Assim, construímos em nosso *Campus* um espaço, e não um laboratório em padrões tradicionais, fortalecendo a perspectiva do estudante como protagonista na construção do conhecimento. Com esse espaço, buscamos, acima de tudo, um lugar que permita aos educandos explorar de modo livre e criativo suas capacidades de ler e interpretar a cultura e transformar o mundo por meio do seu trabalho, construindo instrumentos para que se tornem, cada vez mais, atores na construção de sua identidade local e regional.

Figura 4: Trabalho, Ensino, Pesquisa e Extensão



Fonte: Elaboração dos autores

O Espaço de Ciência, Tecnologia e Cultura vem em consonância com as diretrizes do IFFluminense *Campus* Santo Antônio de Pádua, no que se refere à inter-relação entre ensino, pesquisa e extensão; a pesquisa como consolidação da ciência; e o desenvolvimento e a potencialização da pesquisa.

Entendemos a ciência como um estudo por meio do método científico, e a tecnologia como o instrumento de utilização da ciência na geração do trabalho. Aliado a isso, entendemos que pensar a cultura na escola é oferecer aos estudantes oportunidades de conhecimentos que vão para além das competências científicas e tecnológicas comumente oferecidas.

Dito de outro modo, trabalhar a cultura em diálogo com a ciência e a tecnologia, em um viés

ligado ao trabalho e à educação profissional, reflete uma proposta educacional que busca contemplar os estudantes de forma omnilateral, atentos aos diversos matizes que nos formam enquanto sujeitos individuais e cidadãos de uma coletividade.

Tal concepção nos permitirá tratar de modo indissociável o trabalho, o ensino, a pesquisa e a extensão, tendo todos esses eixos no mesmo patamar e interligados.

O Espaço de Ciência, Tecnologia e Cultura será, desse modo, um ambiente de produção de conhecimentos pela pesquisa, com subsídios favoráveis ao trabalho e, ao mesmo tempo, propondo uma nova dinâmica aos currículos de ensino.

Por conta disso, pensamos este espaço como um ambiente de experiências para a criação de diversas formas de expressões culturais, científicas e tecnológicas por parte dos nossos estudantes. Esperamos, com isso, que novas formas de pensar os problemas e responder aos desafios profissionais sejam estimuladas, contribuindo para a formação de trabalhadores mais criativos e para a construção de um mundo mais justo.

O arranjo físico Espaço de Ciência, Tecnologia e Cultura pode ser considerado como um dos fatores de maior influência na preservação da saúde de seus usuários. É ele que determinará a organização e localização de equipamentos e locais destinados à realização de práticas laboratoriais.

O Espaço de Ciência, Tecnologia e Cultura do IFFluminense *Campus* Santo Antônio de Pádua tem uma área de 581,18 m² e integra os laboratórios de Ciências da Natureza, os laboratórios dos eixos tecnológicos e o laboratório de desenvolvimento cultural.

18 TRANSFERÊNCIA INTERNA DE EIXO TECNOLÓGICO: INGRESSANTES EM 2015 E 2016

Por transferência interna entende-se a mudança da escolha de eixo tecnológico, ofertados no âmbito do *Campus* Santo Antônio de Pádua, a ser cursado.

O *Campus* Santo Antônio de Pádua poderá conceder transferência interna de eixo tecnológico aos estudantes do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio na modalidade regular de ensino mediante o atendimento às disposições constantes neste documento e os prazos fixados pelo Calendário Acadêmico. Sendo assim, a transferência poderá ser concedida após o estudante ingressar na 2ª série do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, quando este já realizou a escolha do eixo tecnológico ao final do ano letivo anterior, ou seja, ao final do 1º ano do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio.

O requerimento de transferência interna de eixo tecnológico deve ser efetuado pelo estudante no registro acadêmico do *Campus* Santo Antônio de Pádua, devidamente justificado e instruído com a cópia da matriz curricular e cópia do plano de ensino do componente curricular do eixo tecnológico de origem. Caso o estudante seja absolutamente incapaz ou relativamente incapaz, o requerimento deverá ser efetuado pelo seu representante legal. O período para o requerimento de transferência interna de eixo tecnológico é fixado, no máximo, em 10 dias úteis após o início do ano letivo.

O requerimento de transferência de eixo tecnológico será encaminhado para a Coordenação do Curso Técnico pretendido pelo estudante, que deverá indicar uma comissão composta por pedagogo e professores vinculados ao eixo tecnológico pretendido. A referida comissão analisará o desempenho acadêmico do estudante solicitante através do histórico escolar, participação nas atividades de projeto indicadas pelo eixo tecnológico pretendido e será arguido durante uma entrevista presencial.

Após o recebimento do requerimento de transferência interna de eixo tecnológico, a Coordenação de Curso Técnico possui, no máximo, 5 dias úteis para emitir parecer indicando o deferimento ou o indeferimento do pedido.

19 INFRAESTRUTURA

O *Campus* Santo Antônio de Pádua do Instituto Federal Fluminense está localizado em uma área de expansão do município, sendo um dos principais instrumentos de desenvolvimento da região em que se encontra. Sua estrutura está instalada em um terreno de 31.000 m², constituída por um bloco principal com dois pavimentos e dois anexos.

O bloco principal é dividido em espaços pedagógicos e administrativos. No primeiro pavimento há 9 salas administrativas com estrutura organizacional integrada, de forma que mais de um setor esteja estruturado no mesmo ambiente, visando ao desenvolvimento de um trabalho integrado entre ensino, gestão, pesquisa e extensão; uma sala de professores destinado ao estudo e planejamento docente no ambiente de trabalho; uma sala de reuniões climatizada e com equipamentos próprios para realização de videoconferência; uma sala para Direção Geral; um laboratório de informática e um micródrômo climatizado com um total de 24 computadores cada, com acesso à internet e disponibilização de softwares como AutoCAD.

Ainda no primeiro pavimento a estrutura conta com a sala do grêmio estudantil que é um espaço para que este possa desempenhar suas atribuições enquanto representantes dos alunos, com

disponibilização de mobiliário e equipamentos como computador e impressora; reprografia para atender a demanda de alunos e servidores quanto à realização de fotocópias; enfermaria que está sendo estruturada com equipamentos próprios; sanitários feminino e masculino; refeitório; área de convivência coberta com mesa de ping pong para entretenimento, área de convivência descoberta e área verde.

E cumprindo um dos objetivos dos Institutos Federais, de proporcionar meios de diálogo com a comunidade externa, o *Campus* disponibiliza em sua entrada um auditório climatizado com capacidade para 170 pessoas sentadas e biblioteca escolar com acervo de 1160 obras dentre eles técnicos, literários e didáticos, que estão disponíveis para consulta e empréstimo conforme regulamento da biblioteca, o ambiente conta com cabines individuais de estudo e espaço para estudo em grupo, oferece serviço de referência e há previsão de aquisição de novas obras e de instalação de elevador visando a adequação da biblioteca escolar relativa à acessibilidade, a biblioteca atende a comunidade acadêmica e externa de segunda a sexta das 7h às 22h.

No segundo pavimento, há doze salas de aulas climatizadas, com capacidade de 35 carteiras para os estudantes e lousa branca. Neste pavimento há sanitário masculino e feminino.

O *Campus* possui em sua estrutura o anexo da quadra poliesportiva, ambiente coberto onde há sanitários e vestiários femininos e masculinos; e o anexo laboratorial, onde contamos com o espaço de ciência, tecnologia e cultura. Este espaço integra os laboratórios das três grandes áreas: Linguagens, códigos e suas tecnologias; Matemática, Ciências da Natureza e suas tecnologias e Ciências Humanas e suas tecnologias, cujos espaços são interligados proporcionando a inter e transdisciplinaridade, indo ao encontro da proposta pedagógica do *Campus* Pádua. Os laboratórios contam com equipamentos de proteção individual, bancadas, banquetas, vidrarias em geral e espaço amplo.

A edificação do *Campus* desfruta de acessibilidade por meio de rampa e barras de apoio nos sanitários, estando adequados para uso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; conta também com um teatro de arena para o desenvolvimento de atividades culturais e com dois estacionamentos para veículos de servidores e alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES 261/2006**. Brasília: MEC, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN):** ciências da natureza e suas tecnologias. Brasília: MEC, 2002.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Brasília: MEC, 2000.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. **A problematização e a aprendizagem baseada em problemas:** diferentes termos ou diferentes caminhos? Interface – Comunic, Saúde, Educ, 1998.

CASTIONI, Remi. O papel dos Institutos Federais na promoção do desenvolvimento local. IN: CASTIONI, R. SOUZA, E. C. L. (Orgs.). **Institutos Federais:** os desafios da institucionalização. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012, p. 45-55.

Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação profissional e Tecnológico (CONIF). **Extensão Tecnológica:** rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Cuiabá: CONIF/IFMT, 2013.

COSTA, Luciana Machado da. **Noroeste Fluminense:** integração, diferenciação e fragmentação. Dissertação de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades. Universidade Cândido Mendes. Campos dos Goytacazes, RJ. 2012.

CRUZ, José Luis Viana. **Fragmentação, Seletividade e Exclusão:** impactos dos novos GPIs no Norte do ERJ. XIII ENA (ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR). 2009

DEMO, Pedro. **Pesquisa:** Princípio científico e educativo. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ENGUITA, M. F. **A face oculta da escola:** educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 180, 1989.

ESTEBAN, M. T. Pedagogia de projetos: entrelaçando o ensinar, o aprender e o avaliar à democratização do cotidiano escolar. In: SILVA, J. F; HOFFMANN, J.; ESTEBAN, M. T.(Orgs). **Práticas Avaliativas e aprendizagens significativas**. 5. Ed. Porto Alegre; Mediação, 2006. P. 86.

FERRARI, G.V. A Importância do Coletivo na Construção do Projeto Político Pedagógico da Instituição Escolar. **PERSPECTIVA**, Erechim. v.35, n.132, p.159-170, 2011.

GADOTTI, Moacir. Pressupostos do projeto pedagógico. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9/1994.

GONÇALVES, José Reginaldo. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gêneros de discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cidade: história e cotidiano**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 108-123.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 20 ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

PACHECO, Eliezer Moreira; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; VIDOR, Alexandre Martins. A questão da territorialidade na criação dos institutos federais. In: SILVA, Caetana Juracy Rezende (Org). **Institutos Federais - Lei 11.892, de 29/12/2008: Comentários e reflexões**. Natal: Editora IFRN, 2009. p. 35-36.

PINTO, A. C. **Psicologia Geral**. Lisboa: Universidade Aberta. n. 227.340 p. 2001.

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, n.1, p. 131-52, 2003.

SILVA, J. F. **Avaliação na perspectiva formativa-reguladora: pressupostos teóricos e práticos**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

SILVA, J. M. **A autonomia da escola pública: a re-humanização da escola**. Campinas: Papirus, 1996.

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE). **Estudos socioeconômicos dos municípios do Estado do Rio de Janeiro: Santo Antônio de Pádua**, 2013.

VEIGA, I. P. A. (Org). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14. ed. Papirus, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na Escola e a questão das representações Sociais**. Eccos Revista Científica, São Paulo, v. 4, n. 2, 2002, p. 79-88.